

O sr. é favorável à privatização da Cia. Vale do Rio Doce?

O papel do Estado eficaz

EDUARDO AZEREDO

SIM

Não cabe ao Estado o papel de grande investidor em áreas que não sejam estratégicas para o país

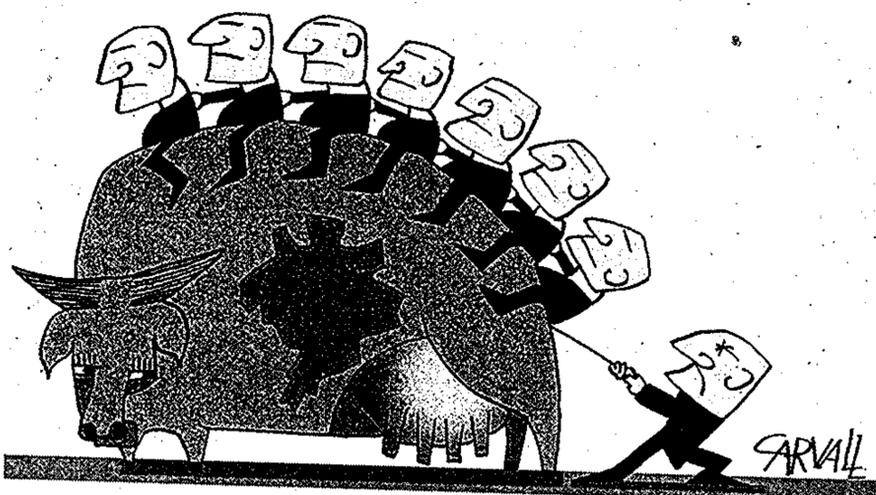
A Companhia Vale do Rio Doce é um importante patrimônio brasileiro. Durante décadas, promoveu o desenvolvimento do país e de resto, também, dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ao lado da extração e exportação de minérios, promoveu ainda o desenvolvimento econômico e social das regiões desbravadas por seus trilhos, como o Vale do Rio Doce, e foi o único meio de transporte de várias cidades mineiras e capixabas.

A Companhia Vale do Rio Doce é patrimônio nacional, repito, como são a Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, Petrobrás, Embratel e tantas outras grandes empresas estatais brasileiras, que historicamente contribuíram de forma decisiva para o crescimento e modernização do país.

Mas, por serem patrimônio de toda a nação, não significa necessariamente que devam pertencer ao Estado. A Companhia Vale do Rio Doce, mesmo vindo a ser privatizada, continuará prestando relevantes serviços ao Brasil.

De acordo com o programa do PSDB, não cabe ao Estado desempenhar o papel de centro de gravidade e de grande investidor em áreas que não sejam estratégicas ou de relevante interesse social.

Na ótica da social-democracia, cabe ao Estado o não menos importante papel de indutor e regulador do mercado, provedor dos serviços públicos e formulador de políticas de desenvolvimento e distribuição de renda.



Aos críticos do governo e da política de privatização tudo isso pode parecer neoliberalismo, sobretudo aqueles que ainda defendem a planificação e a intervenção do Estado na economia em moldes já superados.

Na social-democracia —ao contrário do neoliberalismo absoluto— preconiza-se não a omissão do Estado, mas o Estado eficaz, onde a condução da política econômica e dos programas sociais, principalmente nas áreas de educação e saúde, são sempre responsabilidade do governo.

E é de acordo com essa ótica que não podemos ficar pura e simplesmente contra a privatização da Vale do Rio Doce. Entretanto, ela não deve seguir estritamente os processos anteriores de privatização. A Vale só deve ser privatizada sem a utilização das chamadas "moedas podres". Além disso, a privatização deve abranger todo o complexo de empresas da companhia e não fragmentá-la.

O produto de sua venda, a nosso juízo, não deve apenas ser aplicado na amortização de dívidas, mas em investimentos que criem empregos e promo-

vam a justiça social. Caso contrário, o país estaria se descapitalizando para quitar débitos, correndo o risco de ficar sem patrimônio e continuar devendo.

Outra questão diz respeito às empresas periféricas ou subsidiárias, que também devem ser privatizadas, uma vez que, se o Estado abre mão do principal, deve fazê-lo ainda mais com relação ao acessório.

Sou, portanto, favorável à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, estritamente dentro dessas condições. Privatização que assegure à empresa a manutenção de seu papel de geradora de riqueza e de desenvolvimento, e que dê ao Estado, liberado de sua presença em setores não diretamente relacionados com sua vocação, a possibilidade de desempenhar melhor a função para a qual deve existir: proporcionar à população qualidade de vida, através de educação, saúde, transporte e outras ações de interesse público.

EDUARDO AZEREDO, 46, é governador do Estado de Minas Gerais. Foi presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (1993-94) e prefeito de Belo Horizonte (MG) de 1990 a 92.

Deixem a Vale em paz

ALMIR GABRIEL

tre os três níveis de governo. Enfim, modernizar o Estado, no sentido de torná-lo público e redutor de desigualdades.

Este projeto de Brasil, socialmente justo, fundamenta-se na sociedade e exige ações articuladas tanto no Executivo como no Judiciário e no Legislativo. Esta é uma agenda imensa que demanda tempo, paciência, confiança, decisão, oportunidade, participação.

Incluir nesta agenda temas não-prioritários é desservir à nação. Assim é a questão da privatização da Vale do Rio Doce. A empresa é uma organização que honra a capacidade de empreender, qualquer que seja a iniciativa, privada ou estatal. Hoje, respeita o ambiente, é eficiente, competitiva, lucrativa. E no Pará detém jazidas e pode dispor de energia e meios de transportes que lhe garantem maior lucratividade ainda, nas próximas décadas. Qual a vantagem de privatizar esse lucro? A quem interessa? Pode ser do interesse do governo?

A um governo socialmente comprometido interessa que esse lucro seja socialmente apropriado. Assim, no momento em que a Vale deixe de ser um

enclave, nas regiões em que atua, e contribua para o desenvolvimento regional, ela passa a ser instrumento redutor de desigualdades regionais.

No instante em que ela facilite a verticalização da produção, pela industrialização da bauxita, ferro, cobre, ouro, prata, na região onde ela explora as minas, gera emprego. Ambos são objetivos de um governo democrático, que podem realizar-se eficientemente, sendo ela estatal.

Privatizada, esse lucro iria para onde os donos do capital resolvessem aplicá-lo. Pelo tamanho da Vale, certamente a maioria do capital seria estrangeira, e é óbvio que o interesse de gerar empregos estaria lá fora.

Já é hora da tecnoburocracia deixar de ser instrumento do poder econômico. É hora de ajudar o Estado brasileiro a tornar-se público e redutor de desigualdades. E de não tumultuar mais o já agitado ambiente de reformas e de retomada do crescimento econômico-social, exigidas pelo povo brasileiro.

ALMIR GABRIEL, 62, médico, é governador do Estado do Pará. Foi prefeito de Belém e senador pelo PSDB do Pará.

De estatal a empresa pública

VITOR BUAIZ

finição do perfil da nossa economia estadual.

Apesar dos impactos sociais e ecológicos, que foram desconsiderados no âmbito do regime autoritário então vigente, a CVRD teve uma contribuição importante na efetivação de grandes projetos relacionados à siderurgia e à produção de celulose.

Esta consideração anterior nos permite dizer que a CVRD não pode ser considerada como uma empresa, mas sim como um centro de decisão que desempenha um papel fundamental na indução da economia estadual, inclusive no que diz respeito à atração de investimentos estrangeiros e nacionais.

Além dessa visão ampla quanto ao significado da CVRD, não podemos esquecer que ela merece um entendimento diferenciado por parte do seu principal acionista —o governo federal. Isto porque, para diversificar e ampliar os seus mercados, a CVRD esteve, desde cedo, exposta à concorrência internacional.

Ao mesmo tempo, para reduzir a dependência a um único produto, e os riscos das oscilações do preço do minério de ferro no mercado internacional, a CVRD implementou um programa de diversificações de suas atividades, rea-

brindo várias parcerias com a iniciativa privada.

Essa inserção da CVRD no âmbito internacional e a efetivação de parcerias com a iniciativa privada em vários projetos —inclusive a participação no consórcio que foi vencedor na privatização da CST— exigem uma consideração especial sobre o papel e a função da CVRD, já que não se trata de uma estatal ineficiente.

Baseado em tudo isso, entendo que a CVRD precisa ser objeto de ampliação do seu caráter público. Isto passa, por exemplo, por uma efetiva interação com os governos estaduais e municipais e com a sociedade —tendo em vista o seu papel social, enquanto centro de decisão indutor do processo de desenvolvimento.

Mas essa e outras alterações, que a transformariam de "empresa estatal" em "empresa pública", não passa pela privatização da propriedade da empresa.

Assim, estariam garantidos os objetivos do controle público sobre um centro de decisões importante, bem como a sua eficiência empresarial.

VITOR BUAIZ, 51, médico, é governador do Espírito Santo. Foi deputado-constituinte e prefeito de Vitória (1988-92).

NÃO

A Vale respeita o ambiente, é eficiente, competitiva, lucrativa; qual a vantagem de privatizar esse lucro?

As elites dirigentes brasileiras —tanto das classes opressoras como das oprimidas— devem à nação um projeto Brasil 2010. A democracia já parece constituir um bem da sociedade. A estabilidade econômica, outro bem, está sendo buscada a duríssimas penas. Ambas são indispensáveis para curar o mal maior das desigualdades entre classes sociais e entre regiões.

A ação conjunta do governo federal é indispensável para sinalizar e agir contra a patrimonialização do Estado, o corporativismo, a tecnoburocracia, o centralismo, e propiciar condições favoráveis para reforma fiscal, previdenciária, e redistribuir tarefas e competências en-

EM TERMOS

Ampliar o caráter público da companhia passa por uma interação com Estados e municípios

A nossa posição é a de colocar o debate sobre a atuação do Estado na economia em outros termos. Trata-se de evitar a polarização entre estatização x privatização.

No caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) eu não posso, como governador de Estado, desconhecer a sua importância estratégica, a heterogeneidade de suas atividades e a relevância da CVRD para o Espírito Santo.

A CVRD teve e tem um papel relevante no crescimento da região sob sua área de influência, em particular o Espírito Santo. Já no final dos anos 60, os desdobramentos decorrentes da estratégia da CVRD para diversificar os mercados de venda do minério de ferro em nível internacional, principalmente o do Japão, tiveram muita influência na rede-